

ATA DA 95ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

DATA: 01/07/2015

HORA: 9h30 às 17h30

LOCAL: Agência de Bacia do Alto Tietê, Rua Boa Vista, 84 - 6º andar - São Paulo – SP

PARTICIPANTES:

Membros

Alexandre Luis Almeida Vilella - CIESP

Ana Lúcia Aurélio – SSRH/CRHi

Bruno Cordeiro Leonel – FIESP (p/p Jorge L. S. Rocco)

Bruno Moraes da Mota – P. M. Assis

Fernando Aurélio Parodi – P. M. São Sebastião

João Cabrera Filho – FAESP

Luiz Roberto Barretti – P. M. Piquete

Lurdes Maria Torres Maluf – SMA

Mariza Guimarães Prota – SSRH/SABESP

Vera Lucia Palla – SAA

Vinícius Dias Campos – P. M. Cajamar

Convidados

Ariane Coelho Donatti – SSRH/CRHi

Carine D. Martins – P. M. Cajamar

Priscila F. Rocha – FIESP

COORDENAÇÃO:

Ana Lúcia Aurélio – SSRH/CRHi

RELATORIA:

Mariza Guimarães Prota – SSRH/SABESP

PAUTA DA DISCUSSÃO:

1 - Aprovação da ata da reunião de 17/06/2015

2 - Análise do Estudo de Fundamentação e Deliberação da cobrança do CBH-LN

3 - Preparação da reunião do GT-Cobrança (CTCOB e CBHs) do dia 02/07.

- 1 A Sra. Ariane apresentou a **ata da 94ª reunião**, encaminhada
- 2 antecipadamente, que foi aprovada pelos presentes. A coordenadora da
- 3 Câmara Técnica passou para o **item 2 da pauta**, iniciando com um pequeno
- 4 relato dos itens já analisados. Sobre as considerações feitas sobre o **item XVI**
- 5 da Planilha de Análise do Estudo de Fundamentação, Sr. Parodi explicou que
- 6 as categorias apresentadas no Quadro 33 seguiam a caracterização utilizada

7 pelo DAEE, que utiliza 33 categorias diferentes, e que foi adotado o valor 0
8 (zero) para os itens não passíveis de cobrança. Após questionamentos sobre a
9 comparação dos valores do Plano de Bacia, de 2012 – 2015, com a
10 arrecadação prevista para o período 2016 – 2017, e sobre inconsistências
11 apontadas em alguns quadros, o **item XVII** foi considerado **não atendido**,
12 apontando-se a necessidade de adequação do plano de investimento de
13 acordo com os ajustes do item XVI, de explicação dos valores por PDC e de
14 verificação das informações dos quadros 46, 47 e 48. Após observação que
15 este comitê estipulou desvio padrão para cada porcentagem apresentada,
16 enquanto os demais utilizaram faixas de aplicação por PDCs, foi feita a
17 sugestão de se adotar faixas, como os demais, devido à flexibilidade para
18 adequação aos projetos apresentados anualmente. O **item XVIII** foi
19 considerado atendido, porém foi solicitada uma correção na página 80, pois a
20 definição dos percentuais de distribuição dos valores é feita pelo CRH, e não
21 pelo COFEHIDRO. O **item XIX** foi considerado **atendido**.

22 Passou-se então à análise da **Deliberação CBH-LN nº 152, de 17/10/2014**. Sr.
23 Vinícius questionou a utilização de marcadores no documento, e Sra. Ariane
24 constatou que a deliberação nº 152 retifica a deliberação nº 115, mas não a
25 revoga, sendo então necessária consulta a duas deliberações para se
26 conhecer todos os critérios da cobrança nesta bacia. Os membros da CTCOB
27 consideraram necessário sugerir ao Comitê a revogação da deliberação antiga
28 e a elaboração de uma nova, abordando todos os critérios da cobrança, porém
29 ficou definido que estes dois aspectos deverão ser repassados para análise
30 pela CTAJI. Visando agilizar o processo no Comitê, a CTCOB propôs que,
31 após finalizar a revisão do Estudo e da minuta de deliberação, o CBH-LN
32 encaminhe os documentos para análise da Câmara, antes de encaminhá-los
33 para aprovação pela plenária. Foi feita análise do conteúdo da deliberação
34 seguindo a itemização sugerida pela Deliberação CRH nº 111, sendo
35 constatado que:

- 36 • O Quadro 3, no artigo 6º da deliberação, apresenta coeficiente Y3 “para
37 demais situações”, não apresentado no Estudo;
- 38 • Deve ser trocada, na última coluna do mesmo quadro, a expressão
39 “conforme expressão ao lado” por “conforme artigo 8º”;
- 40 • O Estudo não apresenta as fórmulas para diferenciação do coeficiente
41 X5 para usos “sem medição” e “com medição”, sendo então necessário
42 compatibilizar os artigos 5º e 7º da Deliberação e o Estudo;
- 43 • É necessário corrigir a expressão do caput do artigo 8º para “mg O₂/L”;
- 44 • Os itens a e b do parágrafo 1º do artigo 8º deverão ser suprimidos e o
45 item c ajustado, visto que a Nota Técnica já existe e contempla os itens
46 a e b;
- 47 • É necessário verificar parágrafo 2º em comparação com quadro 3 do art.
48 6º (demais situações... x água de resfriamento);
- 49 • Os incisos do artigo 9º deverão ser ajustados conforme atualização do
50 Estudo de Fundamentação.

51 Ao final da análise da documentação do CBH-LN, a coordenadora se certificou
52 junto ao representante do Comitê, membro desta Câmara, que não havia
53 necessidade de mais esclarecimento para a revisão pelo seu colegiado.

54 Iniciando o **item 3 da pauta**, Sra. Ana Lucia apresentou um relato aos
55 membros ausentes na reunião do Grupo de Trabalho, realizada em 23/06/2015,
56 sobre as atividades finalizadas neste dia englobando a análise das
57 contribuições do Fórum para os coeficientes ponderadores e as propostas
58 formuladas para cada coeficiente. Foram feitos questionamentos referentes à
59 proposta elaborada para o coeficiente X12, quanto à aplicação de desconto
60 considerando-se a adoção ou não de boas práticas, sem avaliação de sua
61 efetividade ou abrangência. Foi ressaltado que tal proposta objetiva incentivar a
62 implantação de boas práticas, sem medir resultados em função da
63 complexidade de aplicação, o que poderia ser inviável para alguns comitês. Sr.
64 Parodi lembrou que é necessário mostrar caminhos para os comitês para a
65 fundamentação. Lembrou-se também que o CBH-AT, por meio da deliberação
66 nº 18/2009, utiliza o coeficiente X7 para esse fim, ao propor valores menores
67 para usuários públicos com plano diretor de perdas e para usuários industriais
68 que desenvolvam programas de uso racional da água.

69 Foi também apresentada a proposta finalizada nesta reunião referente a
70 indicadores para acompanhamento dos projetos financiados com recursos da
71 cobrança, englobando indicadores de execução financeira e indicadores de
72 porcentagem de execução dos compromissos dos projetos.

73 A coordenadora questionou os participantes sobre a conveniência de se
74 desenvolver a discussão sobre impactos em outra ocasião, após a elaboração
75 de material de apoio, porém os presentes se pronunciaram pela continuidade
76 da reunião na parte da tarde.

77 Após o intervalo, com a presença de 11 participantes, a reunião reiniciou com a
78 análise das definições elaboradas preliminarmente pelos representantes da
79 CIESP e SABESP, envolvendo reúso de água, recirculação de água, uso
80 racional de água, aproveitamento de águas pluviais e controle e redução de
81 perdas, visto que não existem ainda definições oficiais para essas práticas.
82 Foram propostas algumas alterações referentes à terminologia a ser adotada,
83 como também quanto a sua utilização no coeficiente X12 de captação e/ou no
84 Y9 de lançamento. Levantou-se também que há ligação dessas práticas com o
85 consumo. Definiu-se pela apresentação ao GTCOBANÇA, na reunião do dia
86 2 de julho, de um documento com estas propostas, ressaltando-se as ressalvas
87 levantadas. Este documento também deverá conter as sugestões provenientes
88 da CT-PA e do PERH, enquanto que as definições e formas de
89 operacionalização do X12 deverão ser discutidas posteriormente.

90 O tema de impacto sobre os usuários industriais foi apresentado tendo como
91 base um levantamento das metodologias adotadas pelos comitês nos Estudos
92 de Fundamentação da Cobrança, a saber: faturamento, preço do produto,
93 consumo de água e custo de produção. A metodologia adotada pela ANA para
94 o CEIVAP, baseada em número de empregados por UGRHi, não foi
95 considerada adequada pelos representantes dos usuários industriais. Sra.
96 Priscila recomenda a utilização de dados do IBGE e da Fundação SEADE, e ter
97 como base unidades de produção. Sra. Mariza solicitou que seja feito um

98 levantamento similar sobre as metodologias para avaliação de impacto no setor
99 de saneamento, e alertou da importância de se buscar a participação de
100 representante da ASSEMAE, pois atualmente é a única representante deste
101 setor. Definiu-se para proposição de um novo prazo para receber contribuições
102 no Fórum, separadas nos 2 setores, e de uma nova reunião para finalizar as
103 discussões e sugerir a metodologia.
104 Sra. Ana Lucia relembrou o cronograma geral das atividades necessárias para
105 a apresentação da minuta de deliberação ao CRH no fim do ano. Sra. Mariza
106 solicitou o adiamento da reunião agendada para o dia 5 de agosto, em função
107 de um evento promovido pela Associação dos Engenheiros da SABESP nos
108 dias 4, 5 e 6 de agosto, e convidou a todos para participarem também. Não
109 havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada.

Ana Lúcia Aurélio
Coordenadora da CTCOB

Mariza Guimarães Prota
Relatora da CTCOB

Aprovada em 24/06/2016